



Universidades Lusíada

Pinho, Inês Gato de

Santiago de Outão : do projecto defensivo ao projecto assistencial : seis séculos de patrocínio régio

<http://hdl.handle.net/11067/6083>

<https://doi.org/10.34628/e13p-xa59>

Metadados

Data de Publicação

2020

Resumo

O actual hospital ortopédico de Santiago do Outão situa-se num edifício que sofreu muitas ampliações e transformações. Construído para defesa militar pela dinastia de Avis, foi efemeramente transformado em palácio de veraneio pelo penúltimo rei da dinastia brigantina. No início do século XX, abraçou a função assistencial sob o patrocínio da Rainha D. Amélia, afirmando-se como o primeiro sanatório marítimo nacional para o tratamento da tuberculose óssea. Pretende-se, com este artigo , fazer uma s...

The current orthopaedic hospital of Santiago do Outão is in a building that has undergone many expansions and transformations. It was built for military purposes by the Avis dynasty, and was temporarily transformed into a summer palace by the penultimate king of the Brigantine dynasty. In the early 20th century, it assumed healthcare functions under the patronage of D. Amélia, and was established as the first national maritime sanatorium for the treatment of bone tuberculosis. This paper intends...

Tipo

bookPart

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-19T18:16:59Z com informação proveniente do Repositório

COORDENAÇÃO

Joana Balsa de Pinho

Maria João Bonina

Fernando Grilo

Cybelle Salvador Miranda

Ronaldo Marques de Carvalho

Arquitetura assistencial luso-brasileira da Idade Moderna à contemporaneidade

ESPAÇOS, FUNÇÕES E PROTAGONISTAS



THEYA

Santiago do Outão: do projecto defensivo ao projecto assistencial. Seis séculos de patrocínio régio¹

Resumo

O actual hospital ortopédico de Santiago do Outão situa-se num edifício que sofreu muitas ampliações e transformações. Construído para defesa militar pela dinastia de Avis, foi efemeramente transformado em palácio de veraneio pelo penúltimo rei da dinastia brigantina. No início do século XX, abraçou a função assistencial sob o patrocínio da Rainha D. Amélia, afirmando-se como o primeiro sanatório marítimo nacional para o tratamento da tuberculose óssea. Pretende-se, com este artigo², fazer uma sumária análise da evolução construtiva do edifício, das intervenções régias e entender como foi feita a adaptação da tipologia militar ao sanatório.

Abstract

The current orthopaedic hospital of Santiago do Outão is in a building that has undergone many expansions and transformations. It was built for military purposes by the Avis dynasty, and was temporarily transformed into a summer palace by the penultimate king of the Brigantine dynasty. In the early 20th century, it assumed healthcare functions under the patronage of D. Amélia, and was established as the first national maritime sanatorium for the treatment of bone tuberculosis. This paper intends to provide a summary analysis of the building's constructive evolution, royal interventions and to understand how the military typology was adapted into assistance typology.

1. O PROJECTO DEFENSIVO

O forte de Santiago do Outão, implantado sobre um promontório rochoso situado a poente de Setúbal, foi mandado erigir tendo em vista a defesa da barra do Sado. Foi alvo de ampliações ao longo dos séculos, por forma a responder às novas necessidades defensivas e à modernização da construção militar.

¹ Este texto não segue o Acordo Ortográfico em vigor.

² O presente artigo é o resultado de um estudo e uma reflexão feitos em 2015, com vista à sua apresentação e discussão no «Colóquio internacional arquitetura assistencial luso-brasileira da Idade Moderna à Contemporaneidade: espaços, funções e protagonistas» (12 de Outubro de 2015, em Lisboa), tendo sido utilizadas as fontes disponíveis à data. Dos estudos entretanto publicados, é de destacar: Joana Nunes, Sanatório do Outão: a evolução da arquitectura no combate à tuberculose, texto policopiado, dissertação de mestrado integrado em Arquitectura apresentada à Universidade de Coimbra pela Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2015 (versão electrónica em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/29926>, consultado em 10 de Janeiro de 2019).

Segundo Manuel Severim Faria³, D. João I terá mandado construir, no final do século XIV (c. 1390), «uma pequena mas maciça atalaia»⁴, hoje absorvida pelo complexo edificado, mas claramente destacada na planta da praça militar de Setúbal assinada em Seiscentos por Ambrosio Borsano (fig. 1).

O aparecimento das armas de fogo e as novas correntes ideológicas emanadas de Itália traduziram-se na aplicação de traçados militares renascentistas às fortalezas portuguesas, construindo-se novos tipos de redutos e fazendo-se ampliações com cercas mais baixas e abaluartadas. De acordo com a placa epigráfica colocada na parede fronteira à esplanada principal do edifício, terá sido D. Sebastião que terá mandado erigir um perímetro abaluartado adaptado aos novos tempos:

ATORRE, DESTA, FORTALEZA, D, SANTIAGO, D, OV=/
TAÕ, FOI, EDIFICADA, POR, ELREI, DOM, IOAM, HO, PRI=/MEIRO, E, DE-
POIS, SERCADA, D, MVRO, POR, ELREI, DOM=/SEBASTIAM [...]⁵.

Esta ampliação é visível na planta levantada no final de Quinhentos por Fratino, da qual Alexandre Massai terá feito a cópia que se conhece em 1621⁶ (fig. 2).

Na Crise da Sucessão, com a morte do cardeal D. Henrique, Setúbal apoiou D. António, prior do Crato. A fortaleza terá garantido, entre 22 e 25 de Julho de 1580, a resistência da guarnição dirigida por Mendo da Mota, em face da investida espanhola liderada pelo duque de Alba, resultando, contudo, na derrota portuguesa.

Logo após a Restauração, em Agosto de 1642, D. João IV ordenava ao jesuíta e matemático João Cosmader que passasse a estudar o estado das fortificações de Setúbal e se encarregasse do plano das respectivas obras, prevendo a defesa e a reparação dos edifícios militares daquela vila. Inicialmente, Cosmader teve a intenção de fazer derrubar a Torre do Outão, mas, condicionado pelo Rei, acabou por mandá-la reparar⁷. As obras iniciam-se em Julho de 1643 e são concluídas um ano depois da morte do monarca, sendo regente a Rainha viúva, D. Luísa de Gusmão. Essa

³ Manuel Severim Faria, *Notícias de Portugal*, Lisboa, 1655, p. 64.

⁴ Já Gustavo Portocarrero afirma que a torre será mais tardia. Esta convicção baseia-se nas inexactidões patentes na obra de Faria, na análise arquitectónica e num documento descoberto por Rafael Moreira, que dá conta da intervenção de Diogo de Torralva na construção de uma torre marítima similar à de Belém, entre 1534-1540. Gustavo Portocarrero, *Sistemas de defesa costeira na Arrábida durante a Idade Moderna*, Lisboa, Colibri, 2003, p. 27.

⁵ Transcrição nossa.

⁶ Nuno Varela Rubim, *A defesa costeira dos estuários do Tejo e Sado desde D. João II até 1640*, Lisboa, Prefácio, 2011, p. 79.

⁷ Inês Gato de Pinho e Isabel Sousa de Macedo, «Da traça de Terzi ao plano Aguiar: quatro séculos de estratégia urbana», in *Atas do VI Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica*, Porto,

intervenção é perpetuada em pedra, numa inscrição que encima uma das portas de entrada no forte:

REINANDO EL REI D AFON=/SO VI E GOVERNANDO A RAIN=/HA LVIZA
SUA MAY SE ACAB=/OV A OBRA/ DESTA FORTALE=/ZA QUE FOI A PRI-
MEIRA QVE SE/ ACABOU NESTE REINO DE PO=/IS DE SVA LIBERDADE
SENDO/ GOVERNADOR DAS ARMAS/ EM SETVVAL/ IOAM NVNES / DA
CUNHA [inscrição ilegível] / ANNO DE 1657⁸.

A planta assinada em 1693 por João Rodrigues Mouro (fig. 3), sargento-mor com a responsabilidade da praça de Setúbal e suas dependências, ajuda a entender a extensão das obras empreendidas até à data, pois alude a uma nova ampliação, desta vez ordenada no reinado de D. Pedro II. No que se refere às pré-existências, são enunciados os seguintes espaços: «Praça de Armas; Torre da Minagem; Pontes levadissas huma para a terra, e outra para o mar; Fosso da fortaleza; Porta da fortaleza». Todas estas construções se desenvolveram em torno da torre inicial, mandada construir por D. João I. É pelo risco de Mouro que a fortaleza se estende para poente, aproveitando uma estrutura já iniciada: «Cortina que achei feita de que me aproveitei para o novo acrescentamento [G] – contruindo-se um Baluarte novo que já está acabado e só falta a sua praça lajiada [H] e novos quartéis que se vão fazendo para alojamento da guarnição; e a muralha deles há de subir a tanta altura que cubra a praça de armas da terra [I]» (fig. 3).

As plantas levantadas por Maximiano José da Serra em 1806 (fig. 4), oficial que trabalhou na determinação dos novos empraçamentos e aforamentos da praça de Setúbal (entre 1804 e 1806) e nos levantamentos da carta da mesma comarca (até 1807), espelham um complexo completamente consolidado no que se refere às construções iniciadas nos séculos anteriores.

De acordo com a descrição de Pinho Leal, pela década de 80 de Oitocentos, a guarnição da torre estaria já reduzida a um governador, um sargento de veteranos (que desempenhava a função de caserneiro), um pequeno destacamento de artilharia, o faroleiro e o seu ajudante⁹. Dois anos depois, Manuel Maria Portella reforçava a re-

FLUP, 2016, pp. 183-201 (versão electrónica em <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id03id1494&sum=sim>, consultada em 20 de Julho de 2019).

⁸ Transcrição nossa.

⁹ Augusto Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno: dicionario geographico, estatistico, chorografico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*, vol. IX, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1880.

duzida utilização referida por Pinho Leal, mas lançava o alerta para o interesse patrimonial do complexo defensivo:

A torre do Outão, que ainda tem governador e guarnição, posto que pequena, deve ser conservada como monumento nacional, não só pelo fim de interesse público a que se presta, mas também pela sua história e arquitectura¹⁰.

2. UM PROJECTO ÉFEMERO

Efectivamente, o final de Oitocentos apresentava-se como um período de menor necessidade defensiva e de maior atenção ao lazer. A redução da importância militar da fortaleza do Outão, aliada à sua posição privilegiada na foz do Sado e no sopé da serra da Arrábida, despertou no Rei D. Carlos I uma nova possibilidade de utilização do edifício: a adaptação a palácio de veraneio. Segundo as descrições de Almeida Carvalho¹¹, D. Carlos e D. Amélia visitavam Setúbal com frequência, por terra ou a bordo do iate real:

[...] tantas eram as afeições de Suas magestades, que El-Rei resolveu passar as estações balneares nas praias de Setúbal. Inspirado sempre pelos mais elevados sentimentos patrióticos, e conhecedor profundo da historia do seu país, e dos feitos mais notáveis dos seus povos e dos monumentos que tanto os nobilitam e honram, o ilustrado Monarcha, entre os muitos edificios que se lhe indicaram, preferiu para seu alojamento a fortaleza d'atalaia e guarda da foz do Sado. Era o monumento mais nobre e glorioso do povo setubalense, e um dos que tanto honram o nosso Portugal¹².

Setúbal, cidade a que chegavam os primeiros ecos da regeneração e do progresso, era caracterizada por Ramalho Ortigão como «risonha e pitoresca», cercada «de magníficos pomares e de célebres vinhedos de moscatel, referenciando ainda a sua praia como uma das mais vastas e melhores do país»¹³. Reunidas as condições para a prática da vilegiatura climática e marítima¹⁴, o destino via o seu prestígio aumen-

¹⁰ Manuel Maria Portella, *Notícia dos monumentos nacionaes e edificios e logares notaveis do Concelho de Setubal*, Lisboa, Typographia Mattos Moreira e Cardosos, 1882, p. 18.

¹¹ João Carlos de Almeida Carvalho viveu em Setúbal, no século XIX (1817-1897), e deixou um importante legado para a história da cidade. Os seus manuscritos (não datados) fazem parte do acervo do Arquivo Distrital de Setúbal (ADS) e organizados por temas, formando o Arquivo Pessoal Almeida Carvalho (APAC).

¹² ADS, APAC, 12/438/pt.26/1.

¹³ Ramalho Ortigão, *As praias de Portugal: guia do banhista e do viajante*, Porto, Livraria Universal, 1876, pp. 109-110.

¹⁴ Entende-se por vilegiatura a temporada que se passa fora da morada habitual, a banhos ou no campo, para descansar e recuperar de doenças. Para uma melhor compreensão deste período

tado pelo interesse dos monarcas em adaptar a fortaleza de Santiago do Outão a residência de veraneio. Na zona da torre, é ainda possível ver traços dessa ocupação, que terá sido efémera (entre 1889 e 1891¹⁵), em particular no último piso¹⁶ (fig. 5).

Apesar de serem quase inexistentes os estudos relativos à adaptação a residência real, sabemos que, à época, as obras provocaram intensa celeuma. Veja-se o testemunho de Almeida Carvalho:

Meteram-se mãos á obra: e começaram as novas construções da fortaleza, onde se fizeram muitos reparos e melhoramentos, traçou-se e construiu-se uma estrada na extensão de uns cinco kilometros, que ligasse a fortaleza á cidade, decoráram e guarnerceram de luxuosas mobílias e alfaias os aposentos regios e assim despenderam-se avultadas sommas em todas essas obras, que feitas á pressa, exigiam maior dispendio e deixavam muitas imperfeições e erros manifestos.

Fallou-se então muito e não se escreveu pouco contra essas obras, e uma parte da imprensa insurgia-se calorosa e severa e accusando o desperdicio dos dinheiros gastos n'umas construções mal dirigidas e inuteis¹⁷.

Para lá das notas pessoais deste autor, apresentamos um excerto do periódico *A Ilustração Portuguesa* que, em Junho de 1918, ilustra o destino último da residência real de veraneio:

Foi quando D. Carlos, entusiasmado com a belleza do panorama do Outão, fez transformar e embellezar a Torre [...]. A esse tempo Junqueiro publicou o *Finis Patriae* [...]. O Canto final mostrava [...] um palácio em que soavam gargalhadas e um tinir argentino de taças [...] Esse palácio era a Torre do Outão. A imprensa, o paiz inteiro murmuravam igualmente dos desperdícios feitos. Por isso, tempos depois, a vivenda real foi transformada em sanatório¹⁸.

3. O PROJECTO ASSISTENCIAL

No limiar do século xx, uma nova função determina o fim da vocação defensiva da fortaleza do Outão. Nessa época, vivia-se já um clima de plena acalmia, em que não se temiam ataques de piratas ou de invasores estrangeiros por mar. Agora o invasor era outro – o bacilo de Koch¹⁹. Responsável por ter afectado mortalmente uma parte expressiva da população portuguesa, a tuberculose é reconhecida como uma doença

da história de Setúbal, cf. Inês Gato de Pinho, *Vilegiatura marítima em Setúbal: do século xix ao início do século xx*, Setúbal, LASA, 2010.

¹⁸ Luis da Camara Reys, «O mar e a serra da Arrábida», *A Ilustração Portuguesa*, n.º 152, 5 de Junho de 1918.

¹⁹ *Mycobacterium tuberculosis*, descoberto em 1882 por Robert Koch.

que leva à morte, entre outras causas, por insuficiência respiratória. Existem, no entanto, variantes extrapulmonares, sendo uma delas a tuberculose óssea. As deformações mais comuns são as vertebrais (*Mal de Pott*), dos ossos longos e das articulações dos quadris e dos joelhos. O tratamento para esta variante específica da enfermidade passava, à época, pela exposição prolongada ao sol e às substâncias emanadas dos ambientes marítimos (iodo, cloreto de sódio, etc.). E, mais uma vez, Santiago do Outão, com a sua localização privilegiada e características naturais únicas, insurgia-se contra o inimigo, ainda que numa vertente díspar da militar:

[...] é neste encantador e sugestivo lugar, e na torre ainda ha pouco destinada para vivenda real, que na proxima semana se vae abrir o *Sanatorio de Outão*, como um dos mais urgentes e sympathicos padrões da benemerita obra da *Assistencia Nacional aos Tuberculosos*²⁰.

A Assistência Nacional aos Tuberculosos (ANT), fundada pela Rainha D.^a Amélia em 1899 e que tinha como um dos seus objectivos a construção de sanatórios, instala no Outão o seu primeiro sanatório marítimo. A mesma Rainha, que há bem pouco tempo havia acompanhado as transformações que o Rei D. Carlos operara para transformar a fortaleza em residência de veraneio, impulsionava agora o novo projecto. A 6 de Junho de 1900, inaugurava-se apenas uma parte do sanatório, adaptando-se dependências projectadas para os militares às novas funções assistenciais. Ainda assim, a divulgação do novo projecto (o sanatório provisório e o sanatório definitivo) foi difundida por todo o país pela Imprensa da Casa Real. Segundo as publicações produzidas neste âmbito, numa primeira fase ocuparam-se apenas os compartimentos mais amplos e arejados para instalar as enfermarias destinadas a trinta e oito crianças do sexo feminino e os restantes espaços foram adaptados para refeitório, residência para as enfermeiras, salas de aulas, arrecadações e outros espaços de apoio. Vicente Almeida d'Eça, ainda que num tom algo romanceado, dá-nos pistas concretas das diferentes adaptações, num artigo que teve o aval da ANT e foi difundido pelo país:

A masmorra [...] é hoje lugar destinado á guarda e preparação dos alimentos substanciaes que hão-de fortificar os enfesados. Nas casamatas e salas d'armas, destinadas aos soldados e seus petrechos, rasgadas as estreitas janelas, abertas faceis comunicações, estabeleceram-se as primeiras camaratas para os sem conforto,

²⁰ Alfredo Luiz Lopes, «O Sanatorio de Outão», Assistência Nacional aos Tuberculosos, *O Sanatorio do Outão: inaugurado a 6 de Junho de 1900*, Lisboa, Typographia Universal, 1900, p. 8.

emquanto construções mais leves e mais apropriadas não se prontificam para os abrigar. Os aposentos dos bombardeiros e outros officiaes de guerra são agora destinados ao medico e seu pessoal ajudante; e porventura onde se preparavam e arrecadavam os mixtos e rastilhos, manipulam-se e conservam-se hoje os poucos medicamentos que teem de auxiliar os tres grandes e universais remedios, ar, sol e agua. Em cima, exactamente na parte mais antiga da Torre que ruminava planos de defeza ou aspereza de castigos, hoje a Superiora e a sua companheira nos santos trabalhos [...] vigiam todo o serviço do sanatório, planeam melhoria, provêem nos casos repentinos²¹.

Se os espaços interiores se revelavam claramente aquém das expectativas para a instalação das novas funções, os exteriores reuniam as condições ideais:

E em baixo, recolhida a velha artilharia, o maior dos baluartes é amplo terraço onde os tocados pela escrophula beberão a haustos o ar marítimo [...], aspirarão as emanações salinas, receberão os banhos do sol, quando elle não queime, e assim hão-de melhorar e curar-se²².

Os tratamentos e a recuperação eram morosos, fazendo que o tempo de internamento durasse meses ou até anos²³. O sanatório, mais que um local de tratamento, foi lar para muitas crianças, proporcionando-lhes um ambiente de familiaridade. A título de exemplo, vejam-se os registos das celebrações natalícias, perpetuados pela objectiva de Américo Ribeiro (fig. 6).

Sendo destinado a crianças que ali passavam longas temporadas, o sanatório teria que prever funções específicas, como o ensino – «salas de recreio e estudo onde será ministrada sem esforço e sem cansaço uma pequena instrução»²⁴ – e o recreio. Esta última função seria preferencialmente desenvolvida nas esplanadas

²¹ Vicente Almeida d'Eça, «Outão», Assistência Nacional aos Tuberculosos, *O Sanatorio do Outão: inaugurado a 6 de Junho de 1900*, Lisboa, Typographia Universal, 1900, pp. 18-19.

²² *Idem, ibidem*.

²³ Sobre a vivência das crianças no sanatório, recomendamos a visualização do filme *Setúbal: Sanatório do Outão*, realizado em 1930 por Virgílio Nunes. Disponível em <http://www.cinematteca.pt/Cinematteca-Digital/Ficha.aspx?obraid=5321&type=Video>. Este vídeo, muito embora seja uma fonte muito rica em imagens, denota nos fotogramas de texto indicações de Ditadura Militar, já vigente.

²⁴ Alfredo da Costa, «O Sanatorio do Outão (as definitivas instalações)», Assistência Nacional aos Tuberculosos, *O Sanatorio do Outão: inaugurado a 6 de Junho de 1900*, Lisboa, Typographia Universal, 1900, p. 34.

exteriores, mas teriam que se prever, no projecto definitivo, espaços adequados para as épocas em que as intempéries não o permitissem:

[...] durante o tempo chuvoso os pequenos albergados passarão as suas horas de recreio n'um vasto espaço ao norte da torre, onde se pensa construir um como que jardim de inverno. Ahi serão provavelmente collocados aparelhos de gymnastica e certos jogos proprios para o desenvolvimento physico²⁵.

Apesar da tentativa de aproveitamento dos espaços existentes, era claro que seria necessária a criação de novas construções. O projecto (fig. 7) foi entregue ao engenheiro José Abecassis Júnior, encarregue de responder «a todos os preceitos que a sciencia moderna aconselha[va] para o tratamento do escrophulismo»²⁶. O programa foi definido pela Comissão Técnica da ANT e o projecto supervisionado pelo Serviço de Obras Públicas do Distrito de Lisboa.

Procurou-se uma solução composta por três níveis de construção: o edificio principal, volumetricamente mais imponente, destinado aos enfermos; os edificios de apoio de primeira ordem, destinados aos serviços de apoio, com reduzida preocupação plástica (cozinhas, pavilhões para instalações sanitárias, etc.); e os edificios sem qualquer preocupação estética, mais depurados, destinados, maioritariamente, a apoio indirecto e a infra-estruturas (casa da bomba, matadouro, etc.).

O edificio principal implantou-se paralelamente à margem, apresentando uma ligeira inflexão provocada pela adaptação às construções pré-existentes. Para a instalação do novo edificio demoliu-se uma antiga cavaleriça e a já desocupada residência dos officiais (fig. 3), da qual se aproveitaram as sólidas fundações, encontrando-se uma solução eficaz no que se refere à exposição a Sul e à atmosfera marítima.

Do ponto de vista plástico, o projectista, que era engenheiro e não architecto, optou por uma linguagem que evocasse a função primeira do complexo edificado, contrariando as tendências da época:

Ao lado de uma antiga fortaleza, e repousando ainda sobre as velhas muralhas das suas baterias, não me pareceu que tivesse cabimento um edificio em estylo classico, um chalet, uma construção vulgar mais ou menos decorada, ou de pura phantasia.

Pareceu-me que o mais adequado, cingindo-se ás indicações da distribuição interior, seria um edificio decorado com motivos da fortificação de modo a constituir uma sequencia da velha torre, que ficará sendo, por assim dizer, a obra mãe.

²⁵ *Idem, ibidem.*

²⁶ José Abecassis Junior, *Memória descritiva e justificativa do Sanatório do Outão*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, p. 3.

Nesta ordem de idéas foi organizado o projecto cuja decoração pode ser feita quasi inteiramente de tijolo e alvenaria ordinaria, dispensando-se o emprego da cantaria para effeito decorativo²⁷.

De resto, a preocupação com a economia pautou todo o projecto, optando-se por soluções simples nas decorações interiores, por soluções ardilosas no que se refere às infra-estruturas (conforme veremos adiante) e, como já vimos, pelo aproveitamento das construções pré-existentes.

Volumetricamente, o edifício principal era composto por três corpos interligados: um corpo central com três pisos e dois corpos laterais com dois. Em cada um dos corpos laterais, o piso térreo organizava-se linear e simetricamente, tomando como charneira um vestíbulo central de distribuição. Deste espaço, acedia-se, por um lado, à zona do refeitório e às respectivas instalações de apoio e, pelo outro, à zona de estudo e de recreio e às respectivas instalações anexas. No vestíbulo situava-se ainda a escada de acesso ao piso superior. Subindo a escada encontravam-se, em cada piso, duas enfermarias simétricas com arrecadações para roupa ao fundo, articuladas pelo quarto da enfermeira de serviço permanente. Na parede norte do edifício principal estabelecia-se o acesso às instalações sanitárias, situadas num pavilhão anexo. No corpo central existiam salas comuns às crianças que estavam internadas nos dois corpos laterais.

Em torno do edifício principal localizavam-se as funções anexas: a norte a cozinha, as instalações sanitárias, a casa da bomba de vapor, a lavandaria e casa de desinfecção, a cocheira e o palheiro; a poente, o alpendre para lavagem de hortaliças e outros géneros. Na bateria baixa, numa posição de maior destaque, implantava-se o lazareto, edifício de dois pisos (um para cada sexo) destinado a receber as crianças e a mantê-las em observação durante oito dias:

Este edificio é completamente diferente de todos os outros, tendo no primeiro pavimento uma cozinha especial, uma casa para arrecadação de louças e distribuição de comida, um refeitório, sala para estudo e recreio, duas camaratas a quatro camas cada uma [...]. Entre as duas camaratas fica o quarto da velante e ao fundo do corredor a casa de banho²⁸.

A nascente do edifício principal, aproveitou-se uma estrutura existente, que na adaptação a residência de veraneio real se destinava à guarda das carruagens, para a construção de um «hangar para recreio e gymnastica»²⁹.

²⁷ *Idem, ibidem*, p. 4.

²⁸ *Idem, ibidem*, p. 5.

²⁹ *Idem, ibidem*.

As infra-estruturas foram criteriosamente pensadas. A iluminação eléctrica – «por incandescência, o que, segundo os mais autorizados médicos, é o que, de melhor, se podia imaginar sob o ponto de vista higiénico»³⁰ – era produzida por uma máquina a vapor.

Para o abastecimento de água, aproveitavam-se arditamente os recursos existentes: «[...] projecta-se, por medida económica, canalizar a água salgada [para as retretes], para as banheiras água doce, salgada e quente, e para os lavatórios apenas a água doce»³¹.

Note-se que, apesar do rigor da proposta, a fiscalização da construção do edifício deve ter sido menos controlada. Tecemos esta afirmação com base no relato de Thomaz de Mello Breyner, conde de Mafra, que a 16 de Agosto de 1908 visita o sanatório, por ocasião de um dos passeios a bordo do iate real:

Fundamos em frente da torre do Outão ás 2h.1/2. Fui ali com a Rainha ver o sanatório para creanças escrophulosas. Nunca ali tinha ido depois da instalação acabada. Está totalmente feita. Não tem água! Só se pensou nisso depois!! Foram prevenidos do caso!!! Macaca da A.N.T. e da pobre rainha³².

Apesar deste testemunho podemos afirmar que, no global, o projecto foi construído conforme o desenho de José Abecassis Júnior. No entanto, em datas que não conseguimos precisar, o edifício principal foi alterado. A visualização da já referenciada curta-metragem *Setúbal: o Sanatório do Outão*³³, realizada em 1930, dá-nos conta da construção em curso de um corpo porticado de varandas, adossadas à fachada principal do corpo lateral poente. Não encontramos dados relativos a esta ampliação, mas percebe-se que teve como objectivo criar esplanadas na direcção das enfermarias, por forma a trazer os pacientes imobilizados em leitos de gesso para o exterior, beneficiando dos tratamentos pela exposição ao sol e à atmosfera marítima. A visualização de imagens captadas nos anos que se seguiram mostra que a estrutura porticada se estendeu à restante fachada (fig. 8, parte superior).

Outra alteração prende-se com a ampliação de um piso nos corpos laterais. Encontrámos dois alçados não datados no arquivo do IHRU³⁴ (forte de Sa-

³⁰ *Idem, ibidem.*

³¹ *Idem, ibidem*, p. 3.

³² Thomaz de Mello Breyner, *Diário de um monárquico: viagens entre 1898 e 1909 a bordo do yacht real «Amélia»*, Porto, Ed. do Autor, 1996.

³³ Disponível em <http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=5321&type=Video>.

³⁴ Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, SIPA, Des.0226040 e Des.0226043.

cavém), que fazem parte de um conjunto de peças desenhadas (que não estão acessíveis ao público), sem memória descritiva associada. Nesses alçados, mostra-se a alteração feita ao alçado tripartido e de linguagem militar, pela adição de dois pisos aos corpos laterais, tornando o edifício num volume único, de beirado simples, como podemos observar actualmente (fig. 8, parte inferior).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O complexo edificado de Santiago do Outão é o reflexo de múltiplas ampliações e diferentes ocupações. Como disse Vicente Almeida D'Eça, em 1900, a propósito do Outão,

Teem, como os livros, seus fados as construções humanas. Thermas, cathedraes, palacios, mosteiros, castellos, são livros onde cada pedra é uma folha que fala. E como os livros muito velhos e muito lidos, teem elles notas, emendas, accrescentos, restauros, encadernações novas a destoar do tempo em que foram escritos; teem ás vezes mais de uma edição, o edificio «velho» e o edificio «novo». Depois, com o andar dos tempos, as cousas confundem-se, custa a destrinçar a traça primitiva, o que é original do que foi introduzido mais tarde [...] ³⁵.

Consideramos urgente, pelo seu valor histórico, edificado e imaterial, conhecer a fundo a história dessas transformações. Pretendemos com esta abordagem alertar para a sua riqueza e para a necessidade de se efectuar um estudo aprofundado da sua arquitectura. Trata-se, sem dúvida, de um edificio de carácter excepcional que suscitará muitas dúvidas, mas que importa descortinar. Cabe-nos escrever a história deste livro ainda em aberto, cuja narrativa se continua a construir todos os dias.

NOTA CURRICULAR

Inês Gato de Pinho é licenciada em Arquitectura (UM 2004), é mestre em Arquitectura com especialização em Reabilitação Urbana e Architectónica (ISCTE-IUL 2012) e doutoranda em Arquitectura no Instituto Superior Técnico/Universidade de Lisboa.

Estagiou na Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e na Câmara Municipal de Setúbal. Trabalhou como *freelancer*

entre 2006 e 2015, período no qual colaborou com o atelier Soraya Genin – Arquitectura e Restauro e onde desenvolveu trabalhos de investigação, projecto e acompanhamento de obras de restauro e reabilitação (Moinho de Maré de Corroios, Palácio de Santos, Liceu Francês Charles LePierre, Igreja de S. Luís dos Franceses e Assembleia da República).

³⁵ Vicente de Almeida Eça, «Outão», *op. cit.*, p. 14.

É membro da SPEHC (*Sociedade Portuguesa de Estudos de História da Construção*) e da SIEJ (*Sociedade Internacional de Estudos Jesuítas*). É investigadora (membro colaborador) no CERIS — *Civil Engineering Research and Innovation for Sustainability* do Instituto Superior Técnico/ Universidade de Lisboa, onde desenvolve a tese de doutoramento em Arquitetura, intitulada "*Modo Nostro*" e a especificidade da Ar-

quitetura dos colégios da *Companhia de Jesus da Província Portuguesa*. Do período filipino à expulsão dos jesuítas (1580-1759), apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/110211/2015).

É autora e co-autora de diversos artigos e livros relativos à história local e História da Arquitetura Portuguesa.

Email: inesgatodepinho@tecnico.ulisboa.pt